

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
Secretaria de Políticas de Emprego e Salário



especial

LGBTFOBIA

& RACISMO

no mundo do trabalho

CARTEIRA DE TRABALHO
E
PREVIDÊNCIA SOCIAL

Comissão de
Trabalho, de Administração
e Serviço Público



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

convida

Seminário
22-08 | 9h

Plenário 12 - Anexo II
Câmara dos Deputados - Brasília

LGBTFOBIA

&

RACISMO

**no mundo
do trabalho**

Autoria
Dep. Orlando Silva - PCdoB/SP
Req. 250/2017

CTASP



PARTICIPE!



bit.ly/ctasp220817

Desafios para Reindustrializar o Brasil -
Publicação digital do Seminário "Desafios para a
Reindustrialização Nacional" realizada em 7 de Novembro
de 2017 promovido pela Comissão de Trabalho,
Administração e Serviço Público em 2017

Mesa da Câmara dos Deputados

55ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa

Presidente
Rodrigo Maia

1º Vice-Presidente
Fábio Ramalho

2º Vice-Presidente
André Fufuca

1º Secretário
Giacobo

2ª Secretária
Mariana Carvalho

3º Secretário
JHC

4º Secretário
Rômulo Gouveia

Suplentes de Secretários

1º Suplente
Dagoberto Nogueira

2º Suplente
César Halum

3º Suplente
Pedro Uczai

4º Suplente
Carlos Manatos



dep. Orlando Silva, com dep. Wolney Queiroz, toma posse como
presidente da Comissão / foto: Richard Silva - PCdoB na Câmara

Quadro Técnico da Comissão - 2017

Secretário da Comissão
Fredo Ebling Júnior

Equipe de apoio técnico e administrativo

Adiel dos Santos
Ana Maria Prestes
Ana Paula Ramalho
André Luis Pinto
Audenir Aurea da Silva
Gabriela Körössy
Federico Vázquez
Marcelo Augusto da Silva
Neliedja Rocha Lima

Estagiária de Comunicação
Lis Gabriela Cappi

Adolescentes
Adrian Sobrinho
Daniel Vieira

membros

Presidente: Orlando Silva (PCdoB/SP)
1º Vice-Presidente: Wolney Queiroz (PDT/PE)
2º Vice-Presidente: Gorete Pereira (PR/CE)
3º Vice-Presidente: Leonardo Monteiro (PT/MG)

Titulares

André Figueiredo PDT/CE
Assis Melo PCdoB/RS
Bebeto PSB/BA
Bohn Gass PT/RS
Daniel Almeida PCdoB/BA
Erika Kokay PT/DF
Fábio Mitidieri PSD/SE
Flávia Moraes PDT/GO
Gorete Pereira PR/CE
Jovair Arantes PTB/GO
Jozi Araújo PODE/AP
Leonardo Monteiro PT/MG
Marcelo Castro PMDB/PI
Marcus Vicente PP/ES
Orlando Silva PCdoB/SP
Paulo Pereira da Silva SD/SP
Roberto de Lucena PV/SP
Rôney Nemer PP/DF
Silvio Costa AVANTE/PE
Vicentinho PT/SP
Walney Rocha PEN/RJ
Wolney Queiroz PDT/PE

Suplentes

Alex Canziani PTB/PR
Alice Portugal PCdoB/BA
Augusto Coutinho SD/PE
Benjamin Maranhão SD/PB
Cabo Sabino PR/CE
Capitão Augusto PR/SP
Daniel Vilela PMDB/GO
Erivelton Santana PEN/BA
Felipe Bornier PROS/RJ
Jô Moraes PCdoB/MG
Jorge Côrte Real PTB/PE
José Otávio Germano PP/RS
Laercio Oliveira SD/SE
Lelo Coimbra PMDB/ES
Lucas Vergilio SD/GO
Luiz Carlos Ramos PODE/RJ
Marcelo Aguiar DEM/SP
Marcon PT/RS
Nelson Pellegrino PT/BA
Rogério Marinho PSDB/RN
Sabino Castelo Branco PTB/AM
Ságuas Moraes PT/MT
Valmir Prascidelli PT/SP
Vicentinho Júnior PR/TO
Waldir Maranhão AVANTE/MA



apresentação

A presente publicação tem por objetivo registrar formulações importantes apresentadas no decorrer do Seminário que tratou dos desafios para combater a LGBTfobia e o racismo no mundo do trabalho.

Realizado a partir de requerimento (REQ 250/2017) do nosso mandato, na ocasião em que presidimos a CTASP, e aprovado pelo colegiado da comissão, o encontro reuniu especialistas, colocando em evidência a urgência do Brasil assumir a necessária inclusão as maiorias minorizadas, como escreve aqui Richard Santos, nos processos de qualificação e atuação profissional dignas.

Para este registro foram solicitados artigos pesquisadores e militantes, somado a trechos dos participantes no Seminário, com a finalidade de apontar desafios necessários ao debate e estimular desdobramentos no âmbito do parlamento.

Boa leitura!

Orlando Silva
presidente

sumário

Seminário discutiu racismo e discriminação contra população LGBT no mundo do trabalho.....	5
LGBT Fobia e Racismo no mundo do trabalho.....	6
Fios e Tramas do Arco Íris - Trabalho e a LGBTfobia em Tempos de Fascismo / <i>por Silvana Conti – Feminista, professora aposentada, Vice- Presidenta da CTB/RS, Membro da Direção nacional da UBM e da UNALGBT.</i>	9
A MAIORIA MINORIZADA NO MERCADO DE TRABALHO. O caso do Distrito Federal e o embranquecimento / <i>Richard santos - Doutor em Ciências Sociais pelo Departamento de Estudos Latino-americanos da UNB, ELA-UNB. Professor Adjunto do Centro de Formação em Artes da Universidade Federal do Sul da Bahia, UFSB.</i>	13
Destques do Seminário LGBTfobia e Racismo no mundo do Trabalho.....	21

expediente

Diretoria Legislativa

Diretor: Afrisio De Souza Vieira Lima Filho

Centro de Documentação e Informação

Diretor: André Freire Da Silva

Coordenação Edições Câmara

Diretora: Ana Lígia Mendes

Departamento de Comissões

Diretora: Aparecida De Moura Andrade

Projeto Gráfico: Federico Vázquez

Coordenação editorial: Ana Maria Prestes

Seleção de Imagens: Federico Vázquez

Editoração: Federico Vázquez

Revisão: Ana Maria Prestes

Capa: Federico Vázquez

LGBTfobia e Racismo no Mundo do Trabalho

CTASP - Câmara dos Deputados – 2017

Seminário discutiu racismo e discriminação contra população LGBT no mundo do trabalho.

/ por *ascom.ctasp* com *Lis Gabriela Cappi*



Marcelo Caetano, Alcemir Freire e Silvia Cavalleire durante 14o Seminário LGBT - TRANSição Cidadã: nossas vidas importam - foto: Lis Cappi/AsCom@CTASP

As dificuldades de inserção profissional para a comunidade negra e LGBT motivou a realização do evento, requerido pelo deputado Orlando Silva (PCdoB/SP), como desdobramento das discussões promovidas durante o 14º Seminário LGBT do Congresso Nacional e assim contribuir com reflexões que promovam políticas garantidoras de Direitos à Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) e à população negra.

Com o título "LGBTfobia e Racismo no Mundo do Trabalho", o seminário trouxe especialistas e convidados para discutir as dificuldades de acesso ao trabalho e para apontar mudanças que proporcionem uma melhor condição para negros e a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).

Um dos temas-chave do seminário será a inserção trabalhista de transexuais e travestis no mundo do trabalho formal, tendo em vista que 90% dessa população tem, ou já teve, a necessidade de utilizar-se da prostituição como fonte de renda, segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra).

LGBTfobia e Racismo no Mundo do Trabalho

CTASP - Câmara dos Deputados – 2017

LGBT Fobia e Racismo no mundo do trabalho

/ por *ascom.ctasp* com *Lis Gabriela Cappi*

“**Sobre a necessidade de se democratizar o acesso ao mercado trabalho**”

O Seminário sobre LGBTFobia e Racismo trouxe, por meio de palestrantes, diferentes pontos de discussão sobre as dificuldades de inserção e equidade profissional que os negros e comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis) enfrentam

“Quando eles olham pra você, a vaga já foi preenchida”. A citação que representa a dificuldade de inserção profissional de transexuais e travestis de Thyna Rodrigues, presidente da Antrac (Associação de Travestis do Ceará), foi apresentada pelo psicólogo social Vinicio Brígido no Seminário LGBTFobia e Racismo no Mundo do Trabalho. Outros pontos abordados pelo também pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foram a importância social que o trabalho representa e como ele pode servir de ferramenta para a construção de uma sociedade melhor.

Ao ser a principal atividade exercida dentro da sociedade, tanto por garantir proveniência financeira quanto pelo alto tempo de dedicação para a prática, o trabalho se assume como um espaço essencial para todos os cidadãos. Mas ao perceber que este ambiente não oferece oportunidades para todos os membros sociais, tem-se as questões: o que é necessário ter para ter acesso a um cargo? Qual qualificação é necessária para a devida inserção profissional? Qual a razão de uma pessoa que já possui boas competências estar à margem desse espaço?

Vinicio Brígido comenta sobre essas questões ao relatar que “no Brasil, as pessoas que não se enquadram como brancas, letradas, cis [que se identifica com o sexo com o qual nasceu], heterossexuais e de classe detentora de poder econômico acabam tendo seus direitos cessados e suas vozes caladas”. Em outras palavras, faltam vagas para negros, homossexuais e travestis.

O preconceito racial no mercado de trabalho pode ser negado por empregadores, mas é facilmente percebido quando os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do quarto trimestre de 2016 apontam que: a taxa de desemprego no Brasil é maior entre a população negra (14,4%), seguido da população parda (14,1%) e, em menor proporção, para o grupo de brancos (9,5%). No período, a média de desemprego no país estava classificada em 12%, e a menor parte desses desocupantes eram brancos.

LGBTfobia e Racismo no Mundo do Trabalho

CTASP - Câmara dos Deputados – 2017



Participantes convidados para o Seminário LGBTfobia e Racismo no mundo do trabalho - foto: Richard Silva/PCdoB na Câmara

Além de menor espaço no cenário do trabalho formal, é comprovado que, mesmo sendo a maior parte da população (50,7%) negros recebem os menores salários e enfrentam mais barreiras para ocupar altos cargos. A mesma pesquisa mostra que a média salarial no Brasil é de R\$ 2.043. E enquanto brancos recebem mais que esse valor (R\$ 2.660), o salário de pardos e negros chega quase a metade do recebido por brancos, com a média de R\$ 1.480 e R\$ 1.461, respectivamente.

A grande diferença entre as funções de trabalho é constatada em uma pesquisa de 2016 do Instituto Ethos, em que negros não fazem parte nem de 10% em altos cargos do mundo do trabalho. Entre as posições de gerência, apenas 6,3% pertencem a negros. O número é melhor nos cargos executivos, onde estão em 4,7%. Entre as mulheres o número é menor, chegando a 1,6% de representação na gerência e 0,4% no executivo.

Já o grupo de transexuais e travestis enfrentam uma situação ainda pior. 10% de toda essa população possui empregos formais, em sua maioria cargos relacionados ao não uso da imagem, como telemarketing, ou em serviços públicos, onde a seleção se dá por meio de provas e não processos seletivos tradicionais. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) aponta que os 90% da população trans tem a prostituição como única alternativa de trabalho.

Alessandra Makeda é tradutora e ativista, e também foi uma das palestrantes do seminário. Ela reforçou o fato de que esse alto número na prostituição está totalmente relacionado com a falta de aceitação de empregadores, e que a não colocação, em muitos casos, é um reflexo do preconceito. “Mesmo tendo uma formação educacional com habilidades em mais de cinco idiomas, enfrentei, e ainda enfrento, dificuldades para inserção no mercado de trabalho”.

LGBTfobia e Racismo no Mundo do Trabalho

CTASP - Câmara dos Deputados – 2017

A tradutora trouxe outros dados sobre a comunidade transexual. Entre eles, que 70% da população no Rio de Janeiro está desempregada, e que 30% desse número está em situação de rua. Esse ponto chega, pois, “você não tem condições de viver, não tem condição de morar então estabelece vínculos e acaba indo para a rua”, explicou.

Enfrentando o preconceito

A organização Transgender Europe elencou o Brasil como o país com os maiores índices de violência contra a população transexual no mundo. E a base para todas essas questões é o preconceito. O presidente da União LGBT, Andrey Lemos, reforçou o quanto esse comportamento “machista, sexista, racista, LGBTfóbico da sociedade, e o quanto os aspectos culturais enraizados no patriarcado e no escravagismo tem violentado e tem ceifado vidas”, enfatizando que isso é o “responsável pela violência contra essas pessoas”.

Ieda Leal, vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores de Goiás (CUT-GO) explica que a maneira de se reverter a postura preconceituosa é abrindo o espaço de diálogo, e “fazer um debate sem medo. Conversar na igreja, família, onde for”, diz. Com coragem de “dizer não ao racismo, a homofobia, à lesbofobia, à transfobia. Não é uma tarefa fácil, mas temos que trazer o povo para perto da gente, para que a gente possa continuar construindo um mundo melhor”, conclui.

Sobre o seminário

O LGBTfobia e racismo no mundo do trabalho foi um evento produzido pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) sob pedido do presidente da Comissão, deputado Orlando Silva (PCdoB/SP). Os parlamentares Jô Moraes (PCdoB/MG), Vicentinho (PT/SP), Erika Kokay (PT/DF) e Jean Wyllys (Psol/RJ) participaram do evento durante o dia.

Todos os deputados citados concordam que é necessário discutir medidas inclusivas para democratização do acesso ao mercado de trabalho.

Fios e Tramas do Arco Íris - Trabalho e a LGBTfobia em Tempos de Fascismo

*/ por Silvana Conti – Feminista, professora aposentada, Vice- Presidenta da CTB/RS,
Membro da Direção nacional da UBM e da UNALGBT.*

Nossos passos vem de longe!

Muitas de nós já foram queimadas em fogueiras!

Muitas de nós estavam na linha de frente como atiradoras de elite na Revolução Russa!

Muitas de nós como Aqualtune avó de Zumbi dos Palmares estavam dirigindo Quilombos, grandes espaços de luta e resistência!

Muitas de nós como Helenira estavam no Araguáia liderando guerrilhas!

Muitas de nós perderam seus companheiros e companheiras, perderam seus filhos e filhas no terror da ditadura!

Uma de nós foi eleita a primeira Presidenta do Brasil e sofreu impeachmen sem crime de responsabilidade, sofreu machismo, misoginia e foi afastada através de um golpe parlamentar que golpeou todo o povo brasileiro.

Lutamos para que não esqueçamos e que tudo isso nunca mais aconteça.

Os dias de chumbo da ditadura militar de 1964, nos lembram o período que estamos vivendo nos dias atuais.

Estamos atravessando uma crise política, institucional, midiática, jurídica e civilizatória, que é bem mais grave que uma onda conservadora, vivemos um Tsunami Conservador que considero a sala de espera do fascismo.

O golpe no Brasil tem muitas dimensões e acentua o acirramento da luta de classes, concentrando mais ainda a riqueza em prejuízo da classe trabalhadora.

O cenário de fundo é a crise atual do capitalismo que promove os fascismos, como já aconteceu na história recente, em formato diferente, com Mussolini, Hitler, Franco e Salazar.

Estão vendendo o Brasil e depois do ataque ao regime de partilha do pré-sal que abriu caminho para a entrega dessa grande riqueza às multinacionais, Temer promete entregar agora uma joia há

LGBTfobia e Racismo no Mundo do Trabalho

CTASP - Câmara dos Deputados – 2017

[9]

muito cobiçada pelo “mercado”: A **Reforma da Previdência** = morte sem aposentadoria, é um crime na vida do povo brasileiro, principalmente na vida das mulheres e das trabalhadoras rurais.

Assim, depois da **EC 95**(Emenda Constitucional do Ajuste Fiscal) - que congela o orçamento obrigatório para a Educação, assistência social e a Saúde, por 20 anos, busca sucatear ainda mais a educação pública e acabar com o SUS, para assegurar os ganhos astronômicos dos rentistas e ter mais elementos para privatizar o Brasil.

A Reforma trabalhista que acaba com a CLT e coloca em risco todos os direitos conquistados pelos trabalhadores(as), significa colocar os trabalhadores(as) de joelhos, sem nenhuma garantia de condições de trabalho e salários dignos.

O ataque à classe trabalhadora é sem dúvida uma arma letal que fere de morte o povo brasileiro, Segundo Marx e Engels, ontologicamente o trabalho é o definidor do ser humano, uma vez que gera condições reais de existência.

Vivemos uma conjuntura de avanço do conservadorismo e de perda de direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados, seguido do aumento da violência e do controle sobre a vida e o corpo das mulheres, com o aumento do racismo, aumento do feminicídio, da lesbofobia, da homofobia, da transfobia, além da repressão, criminalização aos movimentos sociais e populares, criminalização do movimento sindical e da política.

O que o fascismo foi e é, um sistema de governo em conluio com grandes empresas, que favorecem economicamente com a cartelização do setor privado, os subsídios às oligarquias financeiras e econômicas.

A Lesbofobia, Bifobia e Transfobia no Mundo do Trabalho

Antes restrita a poucas categorias, a concessão de direitos a trabalhadores(as) LGBT tem se espalhado nos últimos anos por diferentes convenções coletivas. Grupos como o dos químicos, bancários e, mais recentemente, de metalúrgicos e agricultores têm incluído em seus acordos cláusulas que vão da extensão de benefícios aos parceiros à licença casamento e licença adoção.

O estigma e a discriminação vivenciados pela população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) têm resultado em graves violações de direitos humanos, dificultando a erradicação da violência e de doenças como a aids. No mundo do trabalho, o estigma e a discriminação influenciam os níveis de eficiência e produção, o bem-estar laboral e o próprio acesso ou permanência em um trabalho decente.

Sabemos que a Reforma Trabalhista acaba com a CLT e portanto o negociado vale mais que o legislado. Imaginem que o exército de desempregados(as) aumentará cada vez mais e sem dúvida as mulheres, negros(as), LGBTs, deficientes serão cada vez mais excluídos do mundo do trabalho. O Brasil será um país de “biscateiros”(as).

Marx e Engels, além de afirmarem o papel da família na reprodução da opressão da mulher, indicam a possibilidade e a necessidade de transformar essa instituição.

Marx também faz uma análise crítica do conceito liberal de igualdade. Apresenta os limites da igualdade jurídica como instrumento de reversão da subordinação vivida pelas mulheres. Faz a

LGBTfobia e Racismo no Mundo do Trabalho

CTASP - Câmara dos Deputados – 2017

distinção entre emancipação política formal que tem como objetivo a igualdade de direitos sem levar em consideração as desigualdades reais, apontando para o Feminismo Emancipacionista que persegue uma transformação das estruturas econômicas e políticas geradoras das desigualdades.

A contribuição de Alexandra Kollantai (1873-1952) que é uma referência importante para as feministas marxistas, abordou os temas do amor e da sexualidade, temas até então bem pouco considerados por pensadores marxistas dando consequência à análise de Marx e Engels em relação à falsa moral burguesa e aos interesses que sustentavam a instituição familiar, Alexandra Kollantai argumentou a favor de uma sexualidade livre das amarras morais e materiais.

Dentre as referências de mulheres feministas marxistas está a camarada Loreta Valadares (2007) que nos coloca um grande desafio: “Quando eu me for (se eu me for) vão até onde não fui”.

Acreditamos que este momento histórico que estamos vivendo está completamente ligado a esta afirmativa de Loreta, pois ela entendia que a opressão de classe interliga-se com a opressão de gênero, coincidindo historicamente e se desenvolvendo entrelaçadas no decorrer da história. A elas, entrelaça-se a opressão de raça. Também defendia que a luta contra a opressão de gênero se insere na luta contra todos os elos de opressão e pela conquista de uma sociedade radicalmente livre, sem discriminação de sexo/gênero, raça e de classe.

Ousamos afirmar: Uma sociedade radicalmente livre, sem opressão de classe, gênero, raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero, geração, deficiências dentre outras.

A luta por uma sociedade avançada e socialista e as lutas por direitos não são contraditórias, ao contrário, abrem possibilidades para nos aproximarmos cada vez mais das lutas e dos anseios do povo brasileiro.

A **agenda conservadora e ultraliberal** que vem sendo imposta pelo conjunto de valores que ganham muita força com este governo ilegítimo, sem voto popular que representa e fortalece o patriarcado, a misoginia, o feminicídio, a cultura do estupro e a violência contra as mulheres: negras, lésbicas, bissexuais, transexuais, prostitutas, ciganas, deficientes, enfim, todas as mulheres com suas diversidades e especificidades, precisa ser combatida.

Neste momento de resistência e luta o principal desafio dos movimentos sociais e populares, movimentos sindical, é a unidade na luta e elevar a consciência política da classe trabalhadora, ganhando sobretudo corações e mentes da juventude trabalhadora na luta para derrotar o golpe, afastar o presidente golpista, conquistar novas eleições diretas e retomar a agenda da classe trabalhadora por um novo projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho, democracia e soberania nacional.

REFERÊNCIAS

CONTI, Silvana B. Educação e lesbianidades: educando para a diversidade. In: PASINI, Elisiane (org.). Educando para a diversidade. Porto Alegre: Nuances, 2007.

ENGELS, Friederich. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem, 1876.

LGBTfobia e Racismo no Mundo do Trabalho

CTASP - Câmara dos Deputados – 2017

VALADARES, Loreta. As faces do feminismo. Ed. Anita, 2007.

KOLLONTAI, Alexandra. A nova mulher e a moral sexual. Global, 1978.

A MAIORIA MINORIZADA NO MERCADO DE TRABALHO. O caso do Distrito Federal e o embranquecimento¹

/ Richard santos - Doutor em Ciências Sociais pelo Departamento de Estudos Latino-americanos da UNB, ELA-UNB. Professor Adjunto do Centro de Formação em Artes da Universidade Federal do Sul da Bahia, UFSB

Para pensarmos a situação da população negra trabalhadora no Brasil, é possível buscarmos um microcosmo de análise e extrair uma breve amostra do todo. Assim, propomos a reflexão do contexto ao qual está inserida a população negra do Distrito Federal, o que classifico de Maioria Minorizada (SANTOS, 2017), o espaço que ocupa na sociedade diante do racismo e das formas que se valem para serem aceitos em um espaço de domínio que se quer branco e excludente na capital do país.

Neste contexto, buscamos uma breve análise dos resultados de pesquisas socioeconômicas por amostragem de domicílios, caso das pesquisas desenvolvidas pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN. Os resultados sugerem que a perspectiva de identidade negra vem perdendo espaço entre a população afrodescendente e cedendo lugar para os signos identificados com o embranquecimento.

Neste sentido, se verifica a necessidade da construção de espaços capazes de fomentar a reflexão sobre a realidade laboral, o debate racial e a afirmação da igualdade de direitos e acesso da população negra ao mercado de trabalho.

Palavras Chaves: Maioria Minorizada. Branquitude. Mercado de trabalho. Televisão.

Introdução

Como reflexo da realidade escravista brasileira, no Distrito Federal, embora seja maioria, a população negra convive, mesmo após mais de um século da abolição do escravismo no Brasil,

1 A construção desta percepção apresentada no artigo tem forte referência nos debates com os discentes da disciplina Pensamento Negro Contemporâneo, turma 01/2017 ministrada por mim no âmbito do DEX-UNB, e conta com a colaboração de insumos apresentados especialmente pelo aluno Gilvando Lopes Siqueira.

com situações e contextos marcados pela perpetuação do racismo, o que se verifica no alto índice de trabalhadores informais, cuja nova linguagem neoliberal têm ressignificado sua situação como a de “empreendedores”.

O que temos visto aqui pode ser enquadrado no que o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos (1995) classificou de “Patologia Social do Branco”, este que ao longo do processo histórico de formação nacional atua para que a Maioria Minorizada (SANTOS, 2017) tenha aniquilada a sua autoestima e autoafirmação enquanto sujeito negro diante das relações raciais vividas em seu dia a dia, sobretudo na imposição de uma cultura branca como alternativa para fugir do racismo e seus tentáculos.

Ora, o racismo está presente em nosso cotidiano e seus signos são balizadores para a incorporação ou não do profissional não branco no ambiente de trabalho, na seleção do departamento de recursos humanos ou na lida diária com os demais trabalhadores de uma empresa.

Moore e Ferreira (2015) destacam o racismo na sociedade como:

O racismo seria uma ordem sistêmica de grande profundidade histórica e de ampla cobertura geográfica que se teria desenvolvido, fundamentalmente, com o objetivo de garantir a separação automática de um determinado segmento humano do usufruto de seus próprios recursos. Em sua gênese, apresenta-se como uma forma de consciência grupal historicamente constituída, da qual proviriam depois construções ideológicas baseadas no “fenótipo/raça”. Sua função central, desde o início, seria regular os modos de acesso aos recursos da sociedade de forma racialmente seletiva, de acordo com o referido “fenótipo/raça”.

A formação social brasileira marcada pela desvalorização estética do não branco e seus costumes, e da construção de uma estética política excludente de todo o signo desassociado aos construtos eurocêntricos, é ilustrativo da conjuntura histórica de negação das possibilidades de igualdade e emancipação da Maioria Minorizada nacional. Os negros inferiorizados, com baixa autoestima e desconhecendo sua história social, serve e servia “para que a minoria colonizadora mantivesse e consolidasse sua dominação sobre as populações de cor por meio de uma inculcação dogmática, uma comunidade linguística, religiosa, de valores estéticos e de costumes ” (RAMOS,1995).

A partir dessa hegemonia, o controle do poder econômico e dos instrumentos de construção do imaginário, caso do rádio e da televisão, pela minoria é que se consolida o papel da Branquitude (SANTOS, 2018). Conforme Cardoso (2014), este “poder” da

Branquitude pode ser entendida como uma posição em que sujeitos considerados e classificados brancos obtêm, sistematicamente, privilégios no acesso a recursos materiais e simbólicos. “Portanto, para se entender a branquitude é importante entender de que forma se constroem as estruturas de poder concretas em que as desigualdades raciais se ancoram” (SCHUCMAN, 2014).

Nesta perspectiva de emancipação negada à Maioria Minorizada, e do imaginário formulado para atender aos interesses de uma pequena parcela populacional que historicamente atua para a manutenção do poder em seu meio, reproduzindo o colonialismo interno (CASANOVA, 2006), que compreendemos como o racismo se perpetua, o acesso ao mercado formal é negado e a população branca e de signos brancos são perpetuados no poder. A constatação desta afirmação e a realidade da população negra no âmbito do Distrito federal é facilmente observável na sequencia de dados recentes que apontam para o rendimento escolar e renda per capita em relação à população branca e/ou autodeclarada branca local.

No ano de 2004 a população negra e parda do DF totalizou 51,8%, ao passo que em 2015 subiu para 57,92%. Já a população Branca contava em 2004 39,7% e no ano de 2015 passou para a 41,71%, com um acréscimo de apenas 2,01%, o crescimento da população negra foi de 6,12%.

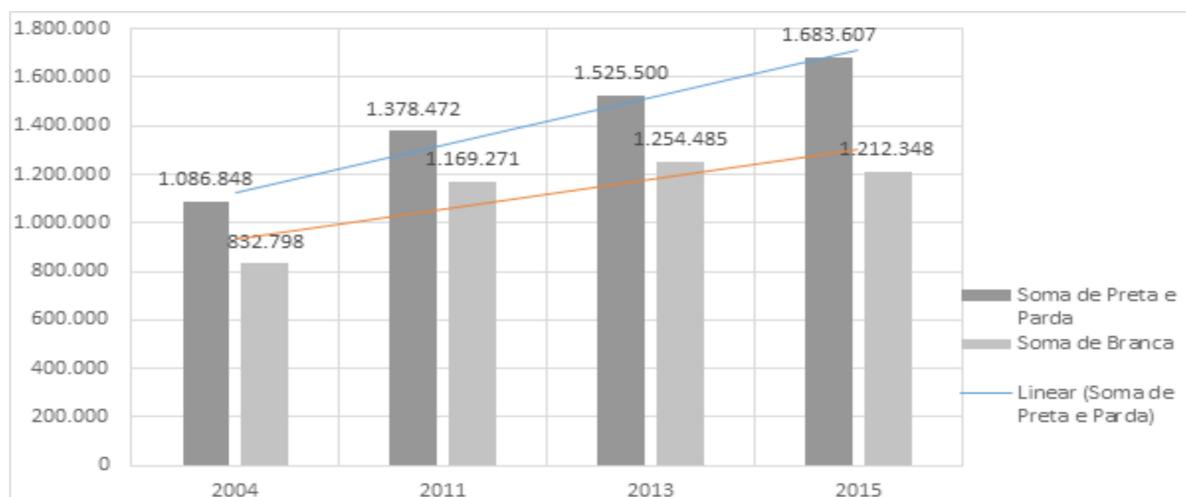
Tabela 1 - % População Residente, por Cor ou Raça Declarada no– Distrito Federal (2004 - 2015)

Ano	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda/mulata	Indígena	Não Definido
2004	100	39,7	4,3	1,8	47,5	0,2	6,4
2011	100	45,74	4,51	0,25	49,42	0,07	0,01
2013	100	45,02	5,16	0,19	49,58	0,03	0,02
2015	100	41,71	5,67	0,34	52,25	0,02	0,01

Fonte: CODEPLAN – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD/DF (2004- 2011 - 2013 - 2015)

Conforme figura 1, a seguir, podemos verificar que a partir do ano de 2013 a população Branca começou a ter uma redução de 3,35 (42.137) de sua composição.

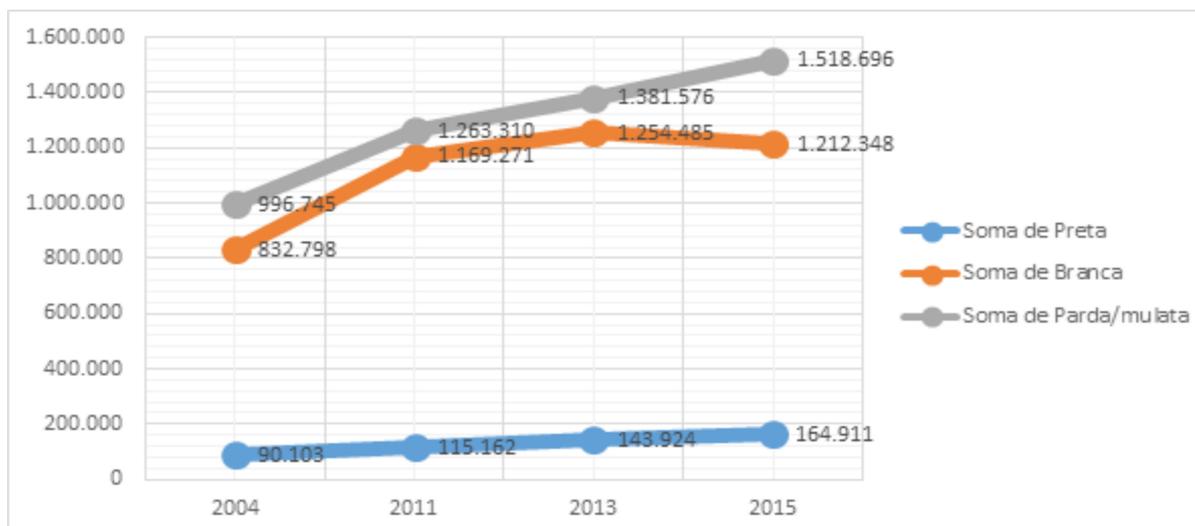
Figura 1 - População Residente, Negra e Parda/Mulata X Branca no- Distrito Federal (2004 - 2015)



Fonte: CODEPLAN – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD/DF (2004- 2011 - 2013 - 2015)

Ao separarmos os negros dos pardos, apenas para viabilizar a evolução da autodeclaração de cada indivíduo, podemos constatar que do ano de 2004 para o ano de 2015 os autodeclarados como pardos tiveram um crescimento de 40% em relação a população total em 2004 (negros e pardos), enquanto os autodeclarados negros tiveram um crescimento de apenas 15%.

Figura: 2 - População Residente, Negra X Parda/Mulata X Branca no- Distrito Federal (2004 – 2015)



Fonte: CODEPLAN – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD/DF (2004- 2011 - 2013 - 2015)

Com relação a escolaridade, a população Negra obteve, tanto em 2011 como em 2015, os piores resultados. Enquanto a população Branca com nível fundamental incompleto era de 23%, a população negra apresentava 33% em 2011. Ressaltamos que já no ano de 2015 esse percentual da população Branca caiu para 21%, enquanto o da população negra permaneceu inalterado.

Mesmo com todas as ações inclusivas do Governo Federal no período, os números do ensino superior são ainda mais alarmantes, a população branca em 2011 com escolaridade superior completo era de 20%, já da população negra de apenas 8%. E esse paradigma não mudou em 2015, a população branca com superior completo subiu para 26%, enquanto a negra para apenas 13%.

Tabela 2 - Escolaridade POR Raça - 2011 a 2015

Escolaridade	2011				2015			
	BRANCO	%	NEGRO/PARDO	%	BRANCO	%	NEGRO/PARDO	%
FUNDAMENTAL INCOMPLETO	6732	23%	11330	33%	7056	21%	14465	33%
MEDIO COMPLETO	5853	20%	7281	21%	6858	20%	9440	22%
SUPERIOR COMPLETO	5797	20%	2864	8%	8932	26%	5725	13%
SUPERIOR INCOMPLETO	2448	8%	2173	6%	2975	9%	3205	7%
MEDIO INCOMPLETO	2283	8%	3391	10%	1844	5%	3394	8%
FUNDAMENTAL COMPLETO	1538	5%	2001	6%	1192	4%	1527	3%
MENOS DE 6 ANOS FORA DA ESCOLA	1224	4%	1579	5%	1301	4%	1899	4%
JARDIM I E II /PRE ESCOLAR	852	3%	1018	3%	623	2%	784	2%
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO	768	3%	340	1%	1199	4%	569	1%
ANALFABETO (15 ANOS OU MAIS)	441	2%	823	2%	422	1%	926	2%
SABE LER E ESCREVER (15 ANOS OU MAIS)	291	1%	538	2%	361	1%	594	1%
MESTRADO	252	1%	78	0%	347	1%	152	0%
MATERNAL E CRECHE	228	1%	210	1%	332	1%	277	1%
ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS	114	0%	126	0%	30	0%	60	0%
DOUTORADO	109	0%	36	0%	169	0%	64	0%
NAO SABE	55	0%	79	0%	14	0%	30	0%
CRIANÇAS DE 6 A 14 ANOS NAO ALFABÉTIZADAS	4	0%	12	0%	5	0%	18	0%
ENSINO ESPECIAL	*	0%	*	0%	66	0%	117	0%
EJA FUNDAMENTAL INCOMPLETO	*	0%	*	0%	87	0%	262	1%
EJA FUNDAMENTAL COMPLETO	*	0%	*	0%	13	0%	34	0%
EJA ENSINO MEDIO INCOMPLETO	*	0%	*	0%	130	0%	261	1%
EJA ENSINO MEDIO COMPLETO	*	0%	*	0%	28	0%	5400%	0%

Fonte: CODEPLAN – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD/DF (2011 - 2015)

A tabela 3 evidencia a concentração de renda na população Branca, que em 2011 13% da amostra recebia rendimento Bruto acima de 2.001,00, enquanto apenas 8% da população negra para o mesmo ano. No ano de 2015, 17% da amostra da população branca tinha remuneração acima de R\$ 2.001,00, ao passo que a população negra somente 11%.

LGBTfobia e Racismo no Mundo do Trabalho

CTASP - Câmara dos Deputados – 2017

Tabela 3 - Faixa Salarial por Raça 2011 – 2015

Faixa salarial \$	2011				2015			
	Branco	%	Negro/Pardo	%	Branco	%	Negro/Pardo	%
0	12967	45%	15307	45%	15046	50%	19525	51%
1 - 500	422	1%	774	2%	186	1%	563	1%
501 - 1.000	4045	14%	6915	20%	2222	7%	5526	14%
1001 - 1.500	1186	4%	1481	4%	1467	5%	2713	7%
1501 - 2.000	1009	3%	1000	3%	1174	4%	1788	5%
2.001 - 5.000	2436	8%	1938	6%	2613	9%	2610	7%
5.001 - 10.000	1153	4%	599	2%	1809	6%	1219	3%
> 10.000	375	1%	115	0%	730	2%	372	1%
Menor de 10 Anos	3464	12%	4501	13%	2004	7%	2172	0,06
Não Sabe	832	3%	831	2%	1	0%	1	0%
Recusa	1100	4%	418	1%	3030	10%	2142	6%

A partir da análise dos dados, do percentual de brancos com escolaridade de nível superior e da concentração dos maiores salários, este estudo sugere, em conformidade com Oliveira (2000), que a ideologia do racismo manteve a sua estrutura fundamental, alterando apenas a sua forma de manifestação, qual seja:

No período da escravidão, os negros eram sem alma, eram não humanos, portanto passíveis de serem tratados de forma desumana; na transição da escravidão para o assalariado (sic), os negros eram incompetentes para trabalhar no novo sistema de contratação, portanto passíveis de serem excluídos do mercado formal de trabalho; em seguida, os negros tinham como alternativa de inserção social a assimilação dos valores brancos inclusive pelo mascaramento de características visíveis da sua origem via miscigenação (OLIVEIRA, 2000).

Também sugere, coadunando com Cardoso (2014), que a branquitude, enquanto lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, materiais palpáveis, permanece viabilizando a construção social e reprodução do preconceito racial para a perpetuação de um sistema Branco, do qual os negros não possuem espaço.

Nessa mesma perspectiva, é preciso ter em mente que o racismo do século XXI se molda no sistema de produção do capitalismo, que se estrutura na exploração da força de trabalho e que necessita de um excedente de mão de obra, que invariavelmente, será do negro, da Maioria Minorizada. Necessário observar que o processo neoliberal de estímulo da produção concentrada e a competição por si só já produz desigualdades (MBEMBE, 2017). Este fato corrobora para que o racismo, como estruturante social, sirva de mecanismo para que os brancos se mantenham em posições de vantagens nesta competição, visto que possuem mais acesso e oportunidades de preparação acadêmica.

Percepções inconclusivas

O Distrito Federal, enquanto extrato social brasileiro pode ser considerado como um espaço segregador/racista, que mesmo sendo composto por uma população predominantemente negra reserva seus melhores salários e espaços sociais e de socialização à população de signos brancos, bem como facilita a formação acadêmica para estes que coadunam com sua ideologia. Esta região artificialmente constituída no território brasileiro reproduz com muita eficácia a violência estruturante do mundo capitalista ocidental, suportada, basicamente, a partir da realidade das condições de produção na plantação escravista e de sua anterioridade em relação aos campos modernos de exclusão, confinamento e extermínio. Exerce-se aqui o controle biopolítico dos corpos negros, estrutura-se a formação de uma tecnologia de controle da vida, e determinação da morte, da Necropolítica de que trata Mbembe (2017).

É deste magnífico pensador camaronês que podemos basear nossas constatações finais sobre a realidade do trabalhador não branco, da Maioria Minorizada, no que chamamos de democracia liberal. Mbembe (2017) sustenta que a democracia liberal como o capitalismo só existe a partir da servilidade, do racismo, do colonialismo e do imperialismo e esta é a lógica da inimizade que avança sobre as sociedades contemporâneas. No entanto, o que pesa sobre a sustentação das democracias atuais é menos a recriação literal dessa violência, digamos, inaugural, e mais a dinâmica corrosiva que ela estabelece dentro das comunidades dado que não mais se podem recompor as mesmas fronteiras coloniais entre o “nós e eles”, separar os amigos dos inimigos, por mais que se busque fazê-lo por meio de guerras ao terror e segregações étnicas, religiosas e raciais. Sendo assim, o grande perigo para as democracias e o nacionalismo é efetivamente o outro que surge no seu interior, e a reação a ele pelo fascismo e a guerra civil, a verdadeira grande ameaça. Não seria a Maioria Minorizada brasileira, historicamente racializada e tratada como este “Outro” o grande insurgente no espectro desta falida democracia liberal local?

Referências

CARDOSO, Lourenço. **A branquitude à crítica revisitada e a branquidade**. Revista da ABPN • v. 6, n. 13 • mar. – jun. 2014 • p. 88-106.

CASANOVA, Pablo González. *El colonialismo interno*. En publicación:

Sociología de la explotación. Pablo González Casanova. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. 2006.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Tradução Marta Lança. Lisboa: Antígona Editores. 1ª edição, julho de 2017.

MOORE, Carlos; Ferreira, Silvia Lucia. "RACISMO E SOCIEDADE." Revista Baiana de Enfermagem 29.3 (2015): 189-191.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Editora UFRJ, 1995.

SANTOS, SANTOS, Hamilton Richard A. F. dos. **A revolução não será televisionada (?!).** O caso comparado da TV pública no Brasil e na Argentina. (Tese). Departamento de Estudos Latino-Americanos, ELA-UNB; Universidade de Brasília, 2017.

_____. **Branquitude e televisão.** A nova (?) África na TV pública. Rio de Janeiro: Editora Gramma, 2018.

SILVA, Ana Celia da. **Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação para a alteridade.** Memória e formação de professores. Bahia: UFBA, p. 87-102, 2007.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Branquitude e poder: revisitando o “medo branco” no século XXI.** Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 6, n. 13, p. 134-147, 2014.

_____. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.** 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, University of São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.47.2012.tde-21052012-154521. Acesso em: 2017-06-04.

OLIVEIRA, Denis de. **Globalização e Racismo no Brasil.** São Paulo: Unegro, 2000.

Destques do Seminário LGBTfobia e Racismo no mundo do Trabalho

ALESSANDRA RAMOS MAKEDA

Tradutora e ativista Transexual

A situação do desemprego da população trans é extremamente grave. O principal problema estrutural que a comunidade trans enfrenta é, de longe, o acesso aos bens econômicos, de qualquer modo que seja, por meio do mercado formal de trabalho, do trabalho precarizado, que, no caso das pessoas trans, está avassaladoramente relacionado à prostituição, ou de outros subempregos, outras situações de trabalho.

Se a gente for olhar a cor dessas meninas trans que vão estar empregadas e vão conseguir emprego, você vai ver que existe também uma diferenciação que vai passar pela questão da raça. Portanto, a gente tem dois fatores de exclusão que se somam para agravar ainda mais toda a situação de vulnerabilidade em que essa população, essa comunidade já se encontra.

Nós estamos numa Casa que tradicionalmente acolhe demandas LGBTs de modo interno, mas que tem muita dificuldade de expressar isso nas suas plenárias, nos resultados das votações das leis, das poucas leis que conseguem tramitar por esta Casa e digam respeito à diversidade LGBT, aos direitos das pessoas trans.

IEDA LEAL

Vice-presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores)/GO

O racismo mata, a homofobia mata, a lesbofobia mata. Está tudo muito próximo e fazendo com que nos organizemos para vencer. Para isso, não podemos ficar só nas lamentações, nas constatações ou só nas reuniões por fazer. Precisamos pactuar conosco uma defesa desse ser humano diverso.

Então, precisamos juntar as informações, recarregar as energias, denunciar, conversar com a população, viabilizar mais audiências.

Não é só a lei que pune que vai resolver o problema, mas é preciso haver leis, sim, porque a população acredita muito nelas. Então, vamos fazer essas leis, porque elas

LGBTfobia e Racismo no Mundo do Trabalho

CTASP - Câmara dos Deputados – 2017

ainda não existem. Racismo é crime, mas homofobia não é crime. É um crime contra os seres humanos, mas isso não está escrito.

ERIK PALÁCIO BOSON

Defensor Regional de Direitos Humanos da Bahia e Coordenador do Grupo de Trabalho de Identidade de Gênero e Cidadania

Eu não posso deixar de lamentar a ausência da expressão “gênero” no nosso Plano Nacional de Educação. Com certeza, isso foi uma falha que, além de ser contrária a todas as normativas internacionais de que o Brasil é signatário, prejudica bastante esta questão da empregabilidade, assunto que estamos tratando aqui hoje.

Sem sombra de dúvida, peremptoriamente, eu afirmo que temos que constatar que a inexistência no Brasil de uma lei que trate de identidade de gênero é uma realidade discriminatória. Temos que ter consciência de que isso é assim, de que essa palavra, talvez não aqui, mas em outros lugares, reverbera isso. Mas ter consciência de que essa realidade é discriminatória é importante, até para tratarmos esse fenômeno como de fato ele merece ser tratado, com enfrentamento da discriminação. É disso que se trata.

Nós podemos pensar em termos de um marco legal que estabeleça cotas para pessoas trans, tanto nos órgãos públicos quanto nas empresas privadas, nas grandes empresas, nos moldes do que já acontece, por exemplo, com as pessoas com deficiência.

VINÍCIO BRÍGIDO SANTIAGO ABREU

Pesquisador da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais)

No meio de um Brasil que assassina e que violenta essas populações, por que vamos discutir, debater e investigar as questões de trabalho dessas pessoas que são relegadas ao não lugar ou, como diz Vera Telles, Professora da USP, relegadas às margens? É preciso fazer um retrocesso e voltar um pouquinho para pensarmos nesse lugar de fato, no que entendemos como trabalho e qual é a importância desse trabalho.

Por que estamos discutindo isso aqui? Seria o trabalho, então, a atividade que possibilitaria a construção do discurso e a interação na esfera pública? Para alguns autores da Sociologia do Trabalho, esse lugar ocupa um espaço de centralidade. Seria o trabalho um fator primordial de mediação entre o ser humano e o mundo e ele possibilitaria a construção da humanidade em uma esfera social. Enquanto fator de mediação entre o ser humano e a natureza, entre o ser humano e si mesmo, o trabalho se torna, então, fundamental num processo de subjetivação dos indivíduos. Em outras

LGBTfobia e Racismo no Mundo do Trabalho

CTASP - Câmara dos Deputados – 2017

palavras, é o trabalho que atua como primordial na formação identitária de quem nós somos.

Como estamos aqui em Brasília, dentro da Câmara dos Deputados, é preciso também responsabilizar o Estado por algumas coisas. E, ao investigar algumas coisas aqui, eu me lembrei da Organização Internacional do Trabalho — OIT. O Brasil é país membro da OIT desde a década de 50. Em 1965, o Brasil ratificou a Convenção nº 111 da OIT, sobre a discriminação em matéria de emprego e profissão. Segundo essa convenção, os países membros, que são signatários, devem proteger as pessoas contra a discriminação no ambiente de trabalho. Em 1965 essa convenção já existia. O que aconteceu de lá para cá?

Associação Nacional de Travestis e Transexuais — ANTRA e citou que 95% das travestis e dos e das transexuais estão em atividades de prostituição. Onde é que estão os outros 5%? Nós não temos dados, mas é importante pensarmos sobre isso. Normalmente, eles estão no que eu estou chamando aqui de “empregos invisíveis”. Que locais são esses comumente? No telemarketing, num estoque lá nos fundos da empresa ou em qualquer lugar onde não existam visibilidades para o público. Parece que existe uma questão compulsória de quem toma decisões na empresa para que essas pessoas permaneçam com a impossibilidade de acesso ao trabalho.

CLEYTON FEITOSA

Doutorando em Ciência Política na UnB (Universidade de Brasília)

Eu diria que acredito que a luta por direitos do movimento LGBT, mas não só dele, deve ser radicalizada, não apenas denunciando as injustiças e desigualdades que acontecem nesse campo dos direitos econômicos e sociais, como também pensando em ações diretas e concretas para a superação dessa realidade.

O movimento LGBT tem muito medo de solicitar ou reivindicar cotas em espaços que acho que mereciam, por uma reparação histórica. Não quero fazer uma competição entre segmentos, até porque acho que isso é armadilha do neoliberalismo. Os negros têm ações aqui e cotas ali; as pessoas com deficiência têm cotas aqui e vagas ali; as pessoas idosas têm vantagens aqui e ali; as pessoas indígenas têm cotas aqui; e as pessoas LGBTs nunca têm nada, a não ser muito medo de se colocar. É claro, há um medo, com razão, porque sabem que a reação é grande. Mas precisamos, sim, lutar e reivindicar cotas em diferentes instâncias da sociedade, não só na área da educação, como na pós-graduação, mas também no trabalho, nos partidos políticos, no Parlamento e em diversas outras

LGBTfobia e Racismo no Mundo do Trabalho

CTASP - Câmara dos Deputados – 2017

[23]

ANDREY LEMOS

Presidente Nacional da UNALGBT (União Nacional LGBT)

Quando falamos de trabalho, nós nos referimos a várias coisas, porque não podemos nos esquecer de que, na maioria das sociedades, as relações sociais, culturais e econômicas são construídas a partir da relação com o mundo do trabalho.

Na história da humanidade, a primeira divisão social é com relação ao trabalho. A partir disso, começamos a ver essa divisão entre homens e mulheres. Na maioria das sociedades, nós tivemos experiências patriarcais, mas as experiências matriarcais foram invisibilizadas. A historiografia não conta que existiram várias sociedades, várias comunidades chefiadas por mulheres. Por quê? Porque, na verdade, a força do patriarcado sempre alimentou a importância de reservar esse lugar da liderança, do acesso aos bens de consumo e principalmente da representação política e da dominação dos espaços de poder aos homens.

E isso não foi diferente na nossa sociedade brasileira.

HELIANA HEMETÉRIO DOS SANTOS

Mulher lésbica e historiadora da ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travetis e Transexuais.

Outra questão relacionada à dificuldade no mundo do trabalho é a vulnerabilidade de determinadas pessoas. Acho que foi o nosso companheiro, que não está presente, que falou das lésbicas no trabalho, que talvez não estejam tão vulneráveis. Não. Gays e lésbicas, quando não se aproximam fisicamente da heteronormatividade, ficam vulneráveis no ambiente do trabalho.

E digo isso por mim. Quem olha para mim vê que sou uma senhora negra, mas somente saberá que sou uma senhora lésbica se eu disser. Se eu não disser, não, verá que eu sou somente uma senhora idosa negra, mãe de dois filhos, dona de casa, que tem cinco gatos, historiadora, pesquisadora, aposentada, militante do movimento feminista, movimento de mulheres, etc. Se eu não disser, quem dirá? Ninguém.



Esta é uma publicação realizada no âmbito do “Seminário: Desafios para a Reindustrialização Nacional”, como parte das atividades da [Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP](#) da [Câmara dos Deputados](#) no ano de 2017.

*A publicação foi totalmente produzida usando programas livres:
GIMP 2.8, Inkscape 0.48 e LibreOffice 5.3.1.2*

É permitida sua divulgação parcial ou integral, assim como sua reprodução impressa ou digital, citando a autoria e respeitando a [Lei 9.610 de 1998](#).

Comissão de
Trabalho, de Administração
e Serviço Público



Contato

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
Câmara dos Deputados, Anexo II, Pav. Térreo, Ala C, Sala T50
CEP: 70.160-900 – Brasília-DF
TEL: (61) 3216-6811 / 6812 e 3216-6810 FAX: (61) 3216-6815

LGBTfobia e Racismo no Mundo do Trabalho

CTASP - Câmara dos Deputados – 2017

CTASP



2017

00:00



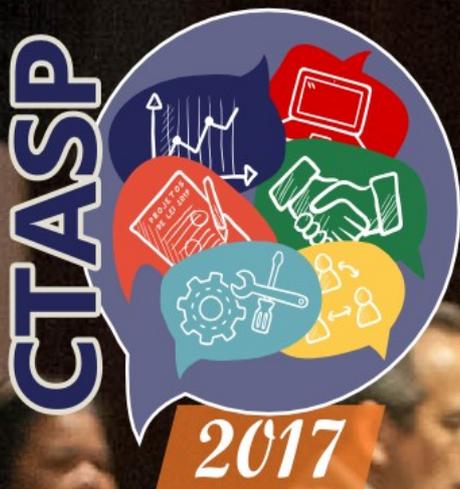
237

Proposições

Aprovadas

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público





R\$ 520 Milhões

em Emendas

formação e qualificação

economia solidária

seguro desemprego

estudos para formação de trabalho e renda

Comissão de
Trabalho, de Administração
e Serviço Público



CTASP



2017

RELATÓRIO DE
ATIVIDADES 2017

detalhamento de atividades

dados estatísticos

projetos aprovados

acesse o documento na página da CTASP

bit.ly/ctasp2017

Comissão de
Trabalho, de Administração
e Serviço Público



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

CTASP



2017



28

Audiências públicas

Realizadas

Comissão de
Trabalho, de Administração
e Serviço Público

